

Jornal da Unicamp

Campinas, agosto de 1998 - ANO XII - nº 134

A graduação no centro do debate



Sala de aula com apoio da informática: adaptação aos novos cenários



Integrar a comunidade acadêmica em torno de um projeto institucional para a graduação da Unicamp. Este é o objetivo do debate que, a partir do dia 13 deste mês, envolve coordenadores de cursos, integrantes da Comissão Central de Graduação, membros do Conselho Universitário e das comissões de ensino das unidades. O passo seguinte será sistematizar as sugestões apresentadas e traçar diretrizes para os próximos anos, levando-se em conta não só as perspectivas abertas pela nova Lei de Diretrizes e Bases mas também os novos cenários tecnológicos, culturais e de mercado. “Não temos a pretensão de esgotar o assunto”, diz o pró-reitor de Graduação, professor Angelo Cortelazzo. “O seminário é um ponto de partida para que outros níveis de discussão sejam atingidos”. **Páginas 2-5**

Depois de longo período em que as sucessões na administração da Universidade se deram como passagens de um administrador para outro, sem alteração significativa do grupo responsável pela condução geral da instituição, a comunidade universitária conduziu à reitoria uma candidatura de oposição cujo programa, com variações conjunturais, vinha sendo construído e debatido nos diferentes momentos vividos pela Unicamp nos últimos 20 anos.

Eleita e empossada em 20 de abril deste ano, a primeira grande tarefa da atual administração deveria ser a transformação de um programa em um conjunto de ações coerentes com os princípios essenciais em torno dos quais se uniu a comunidade universitária: uma administração ética, transparente e capaz de aprofundar a inserção da Unicamp na sociedade brasileira, formulando respostas positivas às necessidades e expectativas da maioria da população em relação à universidade pública.

Os tempos são tempos difíceis: para além de uma campanha de construção de uma opinião contrária às instituições públicas de um modo geral, contra o ensino superior público e gratuito, promove-se campanha de exposição de cada um de seus erros — sombreando-se seus acertos — para culpabilizá-lo pelas mazelas do ensino de primeiro e segundo graus, pela escassez de recursos destinados a programas sociais, como se as universidades públicas fossem o real sorvedouro dos recursos do Estado. Neste sentido, as diretrizes impostas às instituições universitárias não fazem senão dificultar a conciliação de excelência acadêmica e relevância social.

É neste contexto político mais amplo que iniciamos a atual gestão. Mais do que nunca, é necessário elaborar um conjunto de medidas que, visando à sobrevivência da Universidade com seu caráter público e gratuito, mantenha e melhore as condições mínimas de produção acadêmica de excelência no ensino, napes-

Administrar a Universidade em tempos de crise

100 dias construindo caminhos de sobrevivência

DA REITORIA

quisa e na extensão. Ao mesmo tempo, no plano das relações políticas externas à comunidade universitária, é necessário investir grande esforço no sentido de reverter a opinião dominante para garantir aqueles que hoje fazem a universidade pública condições de enfrentar a luta histórica deste momento, que exige adiamentos de legítimos interesses e pendores pessoais para unir-se no objetivo comum de salvaguardar o caráter autônomo necessário à reflexão crítica e à produção de conhecimentos no contexto universitário.

As dificuldades iniciais da administração para compor um quadro de dirigentes historicamente comprometidos com os princípios que nortearam a elaboração do programa de oposição, somaram-se as surpresas próprias de quem assume a administração de uma instituição do porte da Unicamp. Membros da comunidade universitária, conhecíamos alguns dos problemas. Sobre outros, fomos informados às vésperas da posse. Alguns outros fomos conhecendo à medida em que os dias passavam.

O conjunto destes problemas conjunturais está ocupando mais nosso tempo do que poderíamos imaginar. Em alguns casos, uma ação imediata se fez necessária; em outros casos ainda estamos estudando soluções. Ao mesmo tempo, foi necessário manter o funcionamento do cotidiano da institui-

ção. Nosso objetivo é relatar alguns dos encaminhamentos que estamos dando à administração da Universidade, num resumo das principais realizações, consolidadas no plano institucional das relações internas e dos esforços empreendidos nas relações externas.

Um dos grandes problemas enfrentados pela nova administração era a necessidade de regularizar a situação dos funcionários contratados via Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp), dada inclusive a existência de ação judicial a respeito, cuja decisão final, marcada para 28 de abril, caso fosse implementada, criaria inúmeras dificuldades tanto para a Universidade quanto para os servidores, cujas contratações — quase 3.000 — seriam consideradas nulas. Mediante acordo firmado em maio com o Ministério Público do Trabalho, consolidou-se um plano de regularização mediante a implantação de um programa progressivo de concursos públicos a partir de primeiro de janeiro de 1999. O acordo previu uma exceção para a área da Saúde, onde os contratos temporários via Funcamp subsistirão numa proporção de 10% do total, em função de sua especificidade e alta rotatividade de pessoal de assistência.

Ainda no âmbito dos trâmites jurídicos, pairava e paira sobre a instituição uma “espada de Dâ-

mocles”: em 1968 conseguiu a Unicamp um registro provisório de entidade filantrópica, o que lhe permitiu isenção do recolhimento das contribuições sociais de empregador. A renovação de tal certificado foi negada em 1994. Recursos administrativos foram interpostos, sem que se chegasse a uma solução favorável à Unicamp. O novo ministro da Previdência retomou os processos em tramitação e sua assessoria, partindo do pressuposto de que atividades de assistência são função precípua de instituições públicas e, por isso, não se configuram como filantrópicas, indeferiu o recurso e pretende suspender o registro concedido. Tal ato representaria uma pressão orçamentária sobre a Unicamp da ordem de 120 milhões de pretendidas dívidas e uma contribuição mensal de aproximadamente 1,8 milhão. Neste momento, estamos trabalhando fundamentalmente para obter condições favoráveis de negociação, evitando um colapso orçamentário nos próximos cinco anos.

Um terceiro espectro a rondar a instituição, e que vem demandando os maiores esforços da atual administração, diz respeito a dívidas sobre as quais tomamos conhecimento às vésperas da posse: há uma dívida junto ao Ipesp de mais de 30 milhões, relativa a períodos de não recolhimento das contribuições e há suposta dívida

de mais de 2 milhões junto à Prefeitura de Limeira de tributos relativos a gleba de terra pertencente à Unicamp, atualmente explorada pelo grupo Ometto e em cujo contrato não se prevê a responsabilidade de pagamento de impostos incidentes sobre a área cedida para cultivo de cana-de-açúcar.

A estas três grandes questões, somam-se aquelas que fazem o cotidiano da administração, que de forma muito resumida ressaltamos nos próximos tópicos.

Certamente o que podemos relatar a propósito destes primeiros 100 dias está longe do que sonhamos realizar. Ao mesmo tempo que continuaremos uma política de austeridade e transparência, esperamos poder ir delineando novas ações de modo que a crise do tempo presente se torne espaço de criatividade e esforço coletivos que permitam ultrapassar a política de sobrevivência em benefício de uma política de construção de novas formas de inserção da Universidade na sociedade brasileira.

O orçamento

O equilíbrio orçamentário de 1998 é o principal desafio enfrentado pela nova administração. Foi junto com a comunidade universitária, representada por suas entidades, que tomamos conhecimento dos dados econômicos e financeiros do orçamento, inclusive das verbas extra-orçamentárias de que dispúnhamos. A este primeiro contato seguiu-se uma série de reuniões com os diretores das unidades, com as entidades representativas de docentes e funcionários, coordenadores de núcleos e centros, chefes de departamento e membros do Conselho Universitário (Consu) para abrir uma discussão em profundidade da questão orçamentária. Ao mesmo tempo, iniciamos o processo, decidido pelo Consu em dezembro de 1997, de acompanhamento da execução orçamentária, com base em análises da Comissão de Orçamento e Patrimônio e em dados organizados pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário (PRDU), a fim de coletivamente ir detectando os principais fatores de desequilíbrio.

continua na página 12

Valorização do ensino e avaliação

É preciso uma discussão ampla e aberta sobre a reformulação de critérios

Myriam Krasilchik

Os anos 90 foram chamados por E. Boyer em seu livro *Scholarship reconsidered* de “década do ensino de graduação”, evidenciando que no mundo inteiro a preocupação com a melhoria do ensino é uma das questões centrais da vida universitária contemporânea.

Em nosso país as pressões exógenas decorrentes em grande parte da limitação de recursos provocam por parte da sociedade uma cobrança intensa de resultados dos investimentos feitos na Universidade. A democratização do País faz com que os meios de comunicação de massa sejam os instrumentos mais importantes dessa demanda social. Endogenamente é possível constatar a insatisfação dos alunos com os cursos, como foi também veiculado recentemente por jornal de grande circulação. Estudantes bem informados e familiarizados com tecnologia e meios eletrônicos deplo-ram o desconhecimento das suas reais aspirações pelos professores e criticam as aulas tanto no seu conteúdo quanto na forma de apresentação.

No entanto, no cerne da questão está a insatisfação com a avaliação do trabalho acadêmico, muito mais um sintoma do que a causa do problema. A grande maioria das queixas incide sobre a subvalorização do ensino em relação a uma hipervalorização da pesquisa.

A atividade acadêmica é, como deve ser, multifacetada e composta por elementos interdependentes. Assim, supor que haja uma separação total de ensino e pesquisa é indicativo do desconhecimento da realidade da vida universitária. A relação entre esses dois elementos fundamentais deve ser mantida e enfatizada não só do ponto de vista do interesse econômico ou científico mas considerando principalmente sua importância educacional e formativa. Um bom curso depende do conhecimento do professor e dos seus interesses de investigação e não

pode ser limitado pelo conteúdo de manuais para o ensino. Melhorar o ensino depende do interesse, envolvimento, dedicação, motivação dos docentes.

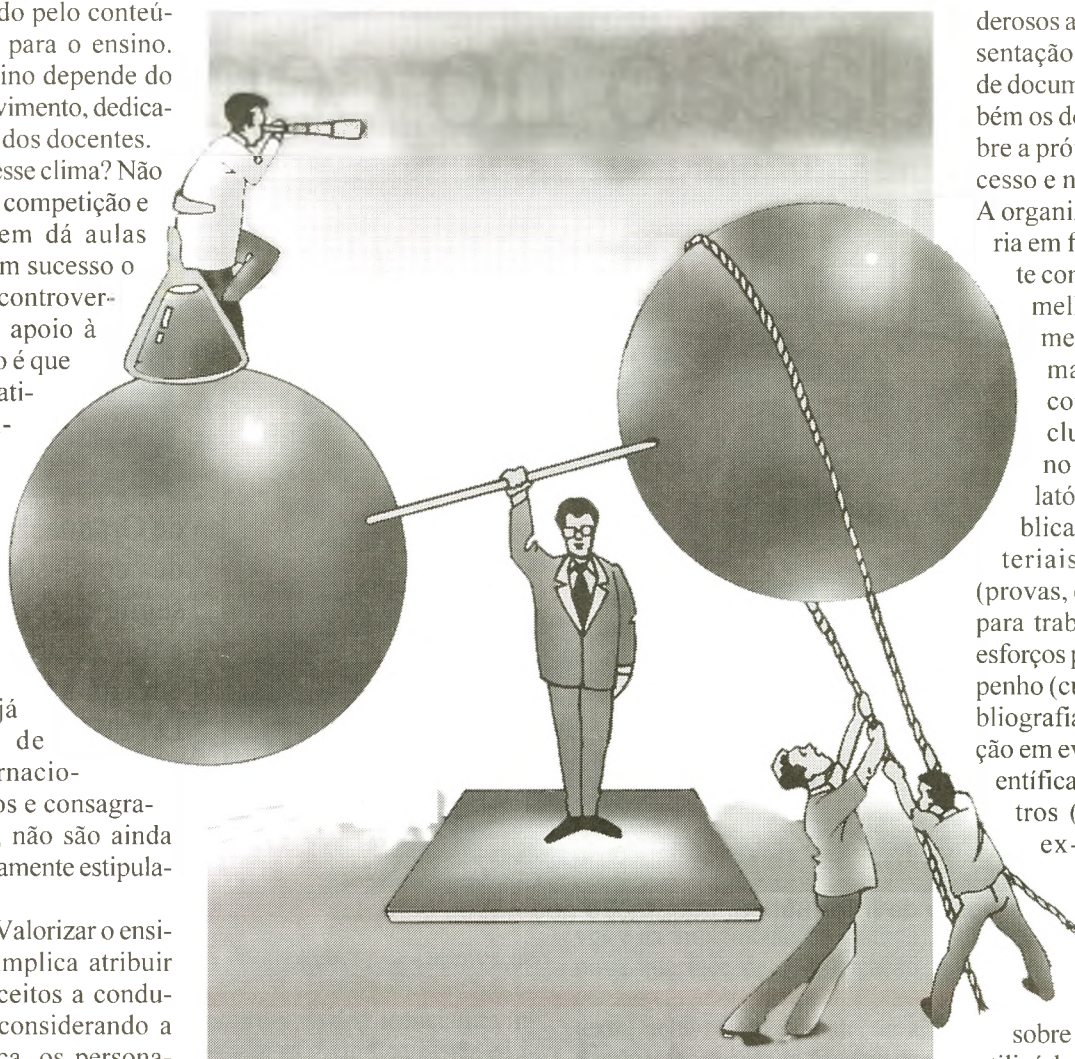
Como criar esse clima? Não é estimulando a competição e premiando quem dá aulas como tentou sem sucesso o MEC com seu controverso projeto de apoio à docência. O fato é que o ensino é uma atividade que envolve professor e alunos em uma relação intelectual e afetiva cujos critérios de aferição, ao contrário da pesquisa, que já tem sistemas de avaliação internacionalmente aceitos e consagra-

dos, não são ainda claramente estipulados.

Valorizar o ensino implica atribuir conceitos a condutas considerando a época, os personagens envolvidos, as condições e cenário em que trabalham. Não é possível pressupor que o ensino seja um tipo de atividade linear definida por padrões simples de qualidade. Certos critérios são facilmente quantificados como relação aluno/professor, número de aulas, pontualidade de resultado das provas. No entanto, é pouco quando desrespeito, injustiça, preconceitos, negligência têm enorme impacto no processo de ensino-aprendizagem.

Como a avaliação é, de forma geral, considerada um procedimento para se chegar a uma classificação destinada a premiar uns e punir outros, o assunto provoca fortes reações emocionais. Um programa de avaliação deveria servir melhor para obter subsídios para revisão das atividades melhorando o aprendizado dos alunos e o nível das pesquisas mantendo, restaurando ou criando qualidade.

Portanto, garantir a qualidade técnica do processo e a utilização ética de seus resultados é fator essencial para gerar informações válidas e fidedignas e evitar traumas e conflitos que possam comprometer seu êxito.



A qualidade técnica depende da tomada de uma amostra adequada do que ocorre no ensino, na pesquisa e na extensão, coletando elementos representativos que evitem erros e distorções na ocasião da interpretação dos dados, o que pode provocar péssimas consequências nas relações humanas. Como já foi mencionado, a avaliação do ensino apresenta dificuldades maiores do que a avaliação da produção científica, principalmente por falta de uma tradição que normatize seus procedimentos e critérios pretensamente objetivos.

Contudo, a avaliação didática vem sendo feita regularmente nos vários concursos exigidos na carreira docente e em algumas unidades universitárias que realizam periodicamente análises dos seus cursos. Entretanto, tais medidas não propiciaram ainda resultados satisfatórios que indiquem aperfeiçoamento dos cursos principalmente do ponto de vista dos alunos. Ao reconhecer a precariedade e rudeza dos instrumentos de que se dispõe para realizar e compensar suas falhas e omissões, o avaliador se vê forçado a usar vários deles, no sentido

de elaborar um quadro aproximado, representativo do que ocorre nas salas de aula, laboratórios e atividades em geral, pois apenas um tipo de dado ou mesmo muitos tipos não podem descrever com precisão os complexos fenômenos em exame. Também não basta colecionar um conjunto de estatísticas e descrições de fatos, mas, sim, fazer um esforço de se compreender as interações entre vários elementos para se conseguir as mudanças desejadas.

Uma forma de valorizar o ensino e melhorar a sua avaliação é apresentar publicamente o que os docentes fazem e o esforço necessário para ministrar bons cursos, abandonando assim uma atitude defensiva, como se dar aulas fosse uma atividade menor.

Mundialmente, uma tendência atual é organizar portfólios ou conjuntos de documentos que ilustrem as atividades desenvolvidas pelo acadêmico no item específico do ensino. Embora reconhecendo as dificuldades para organizar tais portfólios e as possibilidades de enviar certas informações, há uma tendência geral de aceitação do processo. Um dos argumentos po-

deros a seu favor é que a apresentação, para exame externo de documentação, envolve também os docentes na reflexão sobre a própria prática como processo e não só como resultado. A organização do portfólio varia em função do que o docente considera necessário para melhor apresentar e documentar o seu trabalho. Uma das sugestões para compor o portfólio é incluir resultados do ensino (notas das turmas, relatórios, depoimentos, publicações dos alunos); materiais usados nos cursos (provas, exercícios, protocolos para trabalhos); evidências de esforços para melhorar o desempenho (cursos frequentados, bibliografia atualizada, participação em eventos e sociedades científicas); informações de outros (avaliação de alunos, ex-alunos, sociedades profissionais, colegas, convites para falar sobre ensino).

O uso de portfólios propõe questões sobre qual a melhor forma de utilizá-los não como instrumentos de avaliação mas principalmente como fonte de subsídios para o aperfeiçoamento das aulas, o que pode ser feito em função da peculiaridade de cada curso.

Uma avaliação que leve em conta o tempo, a energia, o investimento intelectual, a dedicação, a capacidade e a competência de cada docente exige cuidados e esforços para que as várias fontes de dados combinadas contribuam para orientar mudanças que levem a uma efetiva transformação.

Também a adesão dos professores é imprescindível para que resulte um quadro claro do que ocorre na Universidade como um conjunto articulado e interdependente. Uma discussão ampla e aberta sobre a metodologia mais conveniente, sobre o uso que se vai fazer dos dados obtidos, sobre possibilidades de reformulação de instrumentos considerados precários é a chave para o sucesso de um programa de avaliação que se firme em uma sólida base de confiança.

Myriam Krasilchik é diretora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Jornal da Unicamp

UNICAMP — Universidade Estadual de Campinas

Reitor — **Hermano Tavares**. Vice-reitor — **Fernando Galembeck**. Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário — **Luiz Carlos Guedes Pinto**. Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários — **João Wanderley Geraldi**. Pró-reitor de Pesquisa — **Ivan Emilio Chambouleyron**. Pró-reitor de Pós-Graduação — **José Cláudio Geromel**. Pró-reitor de Graduação — **Angelo Luiz Cortelazzo**.

Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade mensal. Correspondência e sugestões: Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, CEP 13081-970, Campinas-SP — Telefones (019) 788-7865, 788-7183, 788-8404. Fax (019) 289-3848. Home-page — <http://www.unicamp.br/imprensa>. E-mail — imprensa@obelix.unicamp.br. Editor — **Eustáquio Gomes** (MTb 10.734). Subeditor — **Amarildo Carnicel** (MTb 15.519). Redatores — **Antônio Roberto Fava** (MTb 11.713), **Célia Piglion** (MTb 13.837), **Isabel Cristina Gardenal de Arruda Amaral**, **Nadir Antônio Platano Peinado** (MTb 16.413), **Raquel do Carmo Santos** (MTb 22.473) e **Roberto Costa** (MTb 13.751). Colaboradores: **Paulo César do Nascimento** (MTb 14.812), **Maristela Tesseroli Sano** (MTb 22.135) e **Maria do Carmo Pagani** (MTb 17.631). Fotografia — **Antoninho Marmo Perri** (MTb 828). Projeto Gráfico — **Amarildo Carnicel**. Ilustração — **Oséas de Magalhães**. Diagramação e Editoração Eletrônica — **Dário Mendes Crispim**, **Hélio Costa Júnior** e **Oséas de Magalhães**. Serviços Técnicos — **Clara Eli de Mello**, **Dulcinéia Ap. B. de Souza** e **Edison Lara de Almeida**. Fotolito e Impressão: Imprensa Oficial

ENTREVISTA: ANGELO LUIZ CORTELAZZO

Graduação busca fazer seu diagnóstico

Eustáquio Gomes

Neste dia 13 de agosto, a Unicamp põe em discussão seu ensino de graduação num primeiro seminário que reunirá os coordenadores de cursos, demais integrantes da Comissão Central de Graduação (CCG), membros do Conselho Universitário (Consu) e das comissões de ensino das unidades. O objetivo é consolidar e ampliar as metas para os próximos anos. O pró-reitor de Graduação, professor Angelo Luiz Cortelazzo, explica os objetivos do evento, que ele considera "um ponto de partida para que outros níveis de discussão sejam atingidos".

Jornal da Unicamp — Quais são os objetivos centrais do seminário?

Angelo Luiz Cortelazzo — A idéia é, num primeiro momento, procurar integrar a comunidade acadêmica numa discussão em torno de um projeto institucional para a graduação. Dadas as expectativas existentes para o ensino de graduação, na prática o que faremos será uma reunião diagnóstica da situação atual que nos permita, a partir das sugestões apresentadas, traçar diretrizes para os próximos anos.

JU — Que pontos serão discutidos?

Cortelazzo — Encaminhamos a cada coordenador

A nova LDB abre uma larga possibilidade de flexibilização curricular, desengessando as grades e o currículo mínimo

de curso uma série de perguntas, algumas de aspecto geral, outras de fundo, com o intuito de compor uma pauta de discussões a mais pertinente possível. Interessa muito à Universidade, por exemplo, conhecer todas as possibilidades que a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases) abre para o ensino superior, como o ensino a distância, cursos seqüenciais, educação continuada etc. Também é do maior interesse, eu diria mesmo que é urgente, saber como desenvolver as capacidades mais amplas do aluno face às condições tecnológicas impostas pelos novos cenários, sem esquecer aquelas ligadas a preocupações mais sociais e éticas. Muitas dessas preocupações transparecem, aliás, das propostas de diretrizes curriculares elaboradas recentemente pelos cursos e encaminhadas ao MEC. Como formar o aluno-cidadão com um conteúdo geral mais sólido, de modo que ele possa atender às necessidades que a sociedade tem criado nos últimos anos? Como resolver o problema da

evasão, da repetência, da demanda por mais vagas e da infra-estrutura que isto requer? Em que medida devemos ampliar vagas e em que cursos? Devemos criar novos cursos? Baseados em que necessidades sociais? Questões dessa natureza, e muitas outras que certamente serão levantadas pelos participantes, é que comporão o conteúdo do seminário.

JU — Questões de natureza curricular também entram?

Cortelazzo — Discussões sobre grade curricular já vêm ocorrendo na CCG, de forma mais ou menos intensa, nos últimos três anos. As transformações do cenário nacional e mundial impuseram esse debate, e na Unicamp ele vem se aprofundando progressivamente. As discussões partem da constatação de que, dado o crescimento vertiginoso da quantidade de informações

em praticamente todas as áreas do conhecimento, tornou-se impossível transmiti-las na íntegra através das grades curriculares, a não ser que as grades crescessem exponencialmente e a duração dos cursos fosse outra. Não por acaso a nova LDB abre uma larga possibilidade de flexibilização curricular, visando desengessar tanto as grades quanto o currículo mínimo. Sintomaticamente, em sua maioria, as propostas curriculares preparadas pela Unicamp indicam essa tendência de flexibilização, inclusive com a redução da carga horária mínima exigida. E mesmo nos casos em que a redução não foi proposta, sugeriu-se que seja flexibilizado o seu aproveitamento, isto é, seu conteúdo e abordagem, com a introdução de

O ideal seria que as três universidades públicas tivessem uma política comum no tratamento das questões de graduação

disciplinas eletivas em maior quantidade. O objetivo é



O pró-reitor Angelo Luiz Cortelazzo: "Responder à celeridade das mudanças sociais"

possibilitar ao aluno abrir o seu leque de opções.

JU — Como conciliar a vastidão cada vez maior das áreas de conhecimento com currículos mínimos menores?

Cortelazzo — Devemos partir da seguinte indagação: qual é o conhecimento mínimo necessário para se ter uma base sólida numa determinada profissão? O que é realmente importante na formação básica de um engenheiro, de um químico, de um biólogo, de um músico ou de um pedagogo? A partir desse conhecimento mínimo, que no entanto deverá ser sólido o bastante, deve-se permitir ao aluno buscar o aprendizado complementar mais conveniente para ele, seja através de disciplinas à sua escolha, seja através da infraestrutura de informação que a Universidade coloca a seu dispor. Ou seja, a redução da carga horária vai deixar a ele mais tempo livre para que possa, de maneira orientada, sair em busca do conhecimento de seu interesse pessoal. Claro que terá êxito nisso somente na medida em que souber fazê-lo. Então o primeiro desafio é ensinar o aluno a aprender. E o segundo é definir qual deve ser a base sólida de cada currículo.

JU — Ao longo da história da Unicamp foram feitos vários diagnósticos da graduação. Eles serão aproveitados?

Cortelazzo — Com certeza. Só no âmbito da CCG existem pelo menos dez subcomissões que já vinham trabalhando em assuntos específicos (cursos noturnos, disciplinas-problema, qualidade de ensino, avaliação, catálo-

gos etc.), algumas com sugestões concretas, outras com idéias em amadurecimento. As conclusões emanadas dessas subcomissões naturalmente serão incorporadas ao diagnóstico.

JU — Quais são os principais problemas da graduação hoje?

Cortelazzo — Um dos problemas é que vivemos um momento de transição, a transição do saber da universidade magistral para o saber da universidade social. E isto é desafiador, pois exige mudança de postura e de método. O professor tende a ser muito mais o orientador que o *magister dixit*. E a universidade tem de responder à celeridade das mudanças sociais: alternativas e estraté-

Vivemos a transição do saber da universidade magistral para o saber da universidade social, e isto exige mudança de postura e de método

gias de ensino que eram válidas há dez anos já não são mais. Além disso existe uma expectativa dos professores no sentido de que se valorize mais a docência, comparativamente à pesquisa e às atividades de extensão. O seminário certamente não vai passar ao largo dessas questões.

JU — Como o cenário é o mesmo para as demais universidades, existe a idéia de se trabalhar articuladamente com a USP e a Unesp?

Cortelazzo — Existe. Já nos primeiros dias da atual administração buscamos en-

A redução do currículo mínimo vai deixar o aluno livre para que ele possa sair em busca do conhecimento de seu interesse específico

trar em entendimentos com as áreas de graduação das outras duas universidades. Recentemente a USP promoveu um simpósio sobre valorização do ensino que nos interessou muito. Certamente, a partir do diagnóstico do dia 13 e do levantamento de metas a serem atingidas, iremos conversar com maior conhecimento de causa. O ideal seria que as três universidades públicas paulistas tivessem uma política comum no tratamento das questões de graduação. Isto daria maior densidade aos esforços de cada uma e faria aumentar a importância da graduação no âmbito das três.

JU — Quais serão os passos seguintes ao seminário?

Cortelazzo — O seminário terá uma discussão geral na parte da manhã e discussões setorializadas através de grupos de trabalho no período da tarde, culminando com uma plenária que vai dar a conhecer os principais pontos levantados durante o dia. A partir da sistematização desses pontos é que vai ser possível começar a traçar o diagnóstico. Naturalmente esse primeiro seminário não tem a pretensão de esgotar o assunto. Ele é um ponto de partida para que outros níveis de discussão sejam atingidos, um embrião de onde se espera gerar idéias que levem a uma política de graduação mais definida e mais duradoura.

Docente da USP quer avaliação ampliada

Encontro realizado em junho analisa o papel do docente de graduação na universidade

Yeda Santos

A graduação da Universidade de São Paulo foi posta em xeque na primeira semana de junho e passou nas primeiras provas. Pelo menos é isso que dá para se concluir após o primeiro Seminário sobre Valorização do Ensino de Graduação, realizado nos dias 8 e 9 de junho. O encontro incluiu uma discussão sobre a avaliação dos docentes da USP e apontou índices animadores: 80% dos professores são considerados "muito bons" pelos alunos. Esse resultado foi extraído de questionários respondidos pelo corpo docente desde 1996 e oferece outros indicadores. "Em geral, o aluno dá nota menor a ele que ao professor", explica a professora Adelaide Faljoni-Alário, do Instituto de Química, coordenadora da Comissão de Avaliação da Pró-Reitoria de Graduação. Estiveram presentes no encontro — que lotou o Anfiteatro Camargo Guarneri — o reitor Jacques Marcovitch, a professora Ada Grinover, pró-reitora de Gradu-

ação, a professora Myriam Krasilchik, diretora da Faculdade de Educação e ex-vice-reitora da USP, diretores de unidades e professores.

O questionário — com cerca de 20 quesitos — é uma das ferramentas de avaliação apoiada por 85% dos docentes, embora exija algumas modificações. Para 38% deles, por exemplo, é importante a divulgação desses resultados entre docentes e comunidade acadêmica, enquanto 32% acreditam que apenas seus próprios departamentos devam ter conhecimento do assunto, e 14% acreditam que só os docentes devam ter acesso a essas informações. "É preciso que se agreguem aos questionários perguntas que incluam especificidades de áreas técnicas, como laboratórios e clínicas onde o contato professor-aluno seja diferente das aulas teóricas. Têm que ser questionadas a estrutura curricular, infraestrutura, opinião de alunos egressos da Universidade e também devem ser colhidos dados sobre o mercado de trabalho", afirma o professor Oswaldo Massambani, diretor do Instituto Astronômico e Geofísico da



USP, que no seminário falou sobre a "Avaliação didática dos alunos".

A implantação dos questionários ocorreu em 1996 e foi coordenada por ele. "O questionário é importante por representar uma boa oportunidade de se obter uma visão mais detalhada da relação professor-aluno, permitindo aperfeiçoá-la", acredita o diretor do IAG. Através dele, os alunos opinam sobre o docente e o conteúdo programático do curso, embora abordem aspectos gerais de aulas teóricas.

Avaliar melhor — O objetivo do encontro foi buscar formas melhores de avaliar o docente, já que foram apontadas falhas na metodologia atualmente aplicada. "Hoje, em 80% dos casos se dá valor à atividade de pesquisa executada pelo professor, para quem essas considerações devem ser ampliadas. É preciso levar em conta o tempo de preparo de aula, a forma de apresentar o assunto e considerar todas as variantes envolvidas no ensino de graduação", afirma a professora Adelaide Faljoni. Os professores entendem, ainda, que "valorização e avaliação não são independentes". Ao

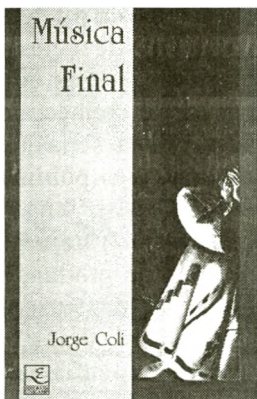
contrário, precisam conviver estreitamente. "O professor está sendo pouco valorizado, pois a avaliação tem-se mostrado precária. Os docentes reunidos no seminário propuseram que o índice de 33% fosse aplicado à pesquisa, 33% ao ensino de graduação e pós-graduação e 33% à extensão, quando da avaliação, para evitar a idéia de que não ensina bem quem não pesquisa bem", revela a professora Adelaide. A atividade de extensão representa, segundo ela, o retorno que a Universidade dá à sociedade.

"O ensino da graduação na avaliação global do docente" foi entendido pelo professor Carlos Humes Jr., do Departamento de Ciência da Computação e membro da Cert (Comissão Especial de Regimes de Trabalho), como forma de valorizar o ensino dentro da Universidade. "Só é possível valorizar o que foi avaliado. Nós procuramos buscar caminhos para melhorar essa trajetória e encaminhá-la à Pró-Reitoria de Graduação", diz ele. Segundo Humes Jr., cada departamento deveria levantar suas necessidades e levá-las ao conhecimento do Conselho de Graduação. O primeiro seminário vale, então, para "iniciar um importante di-

álogo dentro da Universidade". Indica que a avaliação global deve envolver a iniciação científica, ensino como atividade de aula, dedicação medida através da produção de bons textos e coordenação eficiente de cursos. Como participante da mesa-redonda "Para que serve a avaliação?", o professor Jair Borin, presidente da Adusp, alertou para a necessidade de "critérios claros e previamente conhecidos" quando se trata de avaliar atividades desenvolvidas pelos professores. "A avaliação criteriosa serve para referendar o mérito do docente, no sentido de prestar contas à sociedade que mantém a Universidade. É preciso mostrar a qualidade do ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos por ela. Quando malfeita, a avaliação pode prejudicar o professor e a instituição", afirma Borin. A avaliação da graduação na USP, contudo, não vai parar nesse seminário de junho. Já está em andamento a realização de um segundo simpósio, que deverá se realizar no dia 3 de setembro.

Yeda Santos é repórter do Jornal da USP

lançam Entos



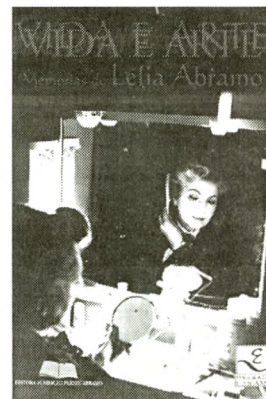
MÚSICA FINAL
Jorge Coli

17 x 25 cm
420 páginas
R\$ 45,00



ALFABETIZAÇÃO E TRABALHADORES
Orlinda Carrijo Melo

14 x 21 cm
106 páginas
R\$ 14,00



VIDA E ARTE
Lélia Abramo

14 x 21 cm
272 páginas
R\$ 27,00



ISEB
Fábrica de Ideologias
Caio Navarro de Toledo

14 x 21 cm
218 páginas
R\$ 21,70



INTRODUÇÃO AOS MÉTODOS DA MATEMÁTICA APLICADA
Edmundo Capelas de Oliveira e José Emílio Maiorino

21 x 28 cm
232 páginas
R\$ 29,00



RECURSOS FÍSICOS DA TERRA - BLOCO 3
Geoff Brown et alii

21 x 28 cm
122 páginas
R\$ 31,00

Para receber qualquer um destes lançamentos, preencha o cupom abaixo e remeta pelo correio para EDITORA DA UNICAMP - Campus Unicamp - Caixa Postal 6074 - CEP 13083-970 - Campinas - SP, juntamente com cheque nominal à Funcamp, cruzado, no valor do pedido.

Nome _____
Endereço _____ nº _____
Apto. _____ Bairro _____
CEP _____ Cidade _____
Estou enviando cheque em favor da Funcamp - Fundação de Desenvolvimento da Unicamp, cruzado, no valor de R\$ _____ relativo à(s) obras(s) _____ referência _____
Data ____/____/____ Assinatura _____



se este espaço não for suficiente para o seu pedido, use uma folha qualquer.

À venda nas melhores livrarias do País ou pelos telefones (019) 788.1015 e 788.1094 na Editora da Unicamp
Internet-<http://www.editoras.com/unicamp/>

Projetos identificam e atacam problemas

Roberto Castro

Com propostas como a flexibilização curricular e o uso de computadores nas classes, a Pró-Reitoria de Graduação da USP dá início a uma ampla tentativa de diminuir a evasão que inclui um inédito projeto de valorização da atividade docente

Os novos projetos da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo representam talvez uma das mais vigorosas tentativas já feitas de se combater a evasão escolar — hoje na casa dos 40% dos alunos que se matriculam nos cursos da Universidade. Ao reiniciar suas atividades, em julho, o Núcleo de Apoio ao Ensino de Graduação (Naeg) — ligado àquela Pró-Reitoria — terá a missão de executar seis grandes projetos que, de uma forma ou de outra, atacam a problema da evasão.

Entre as propostas que o Naeg deverá fazer, estão a flexibilização dos currículos, o treinamento de professores e o uso de computadores na sala de aula. Estão previstos também projetos que aproximam os alunos formados do mercado de trabalho, a oferta de ampla informação sobre os cursos da USP para os vestibulandos e ainda uma pesquisa de campo sobre as causas da evasão.

À frente desses ousados planos está a pró-reitora de Graduação, Ada Pellegrini Grinover, professora titular de Direito Processual Penal da Faculdade de Direito da USP. Ela tem ainda outro importante projeto — a valorização da atividade docente. “Atualmente, temos critérios muito claros para a avaliação da pesquisa, mas não da docência”, diz Ada. “Aquele professor admirado pelos alunos, que está sempre à disposição e que dá aulas excelentes sai prejudicado.” A seguir, trechos da entrevista para o *Jornal da USP* concedida no dia 23 de junho.

JU — Quais os novos projetos da Pró-Reitoria de Graduação?

Ada Grinover — Um dos nossos projetos é a reativação do Núcleo de Apoio ao Ensino de Graduação, o Naeg. Esse núcleo terá a responsabilidade de executar seis projetos, que visam principalmente diminuir os índices de evasão de alunos: o Projeto Info, o Projeto Fix, o Projeto Flex, o Projeto Aspe, o Projeto Tech e o Projeto Alumni.

JU — O que são esses seis projetos?

Ada Grinover — O Projeto Info pretende fazer com que a comunidade em geral e os vestibulandos tenham idéia mais precisa dos cursos

e carreiras da USP. Ele vai oferecer informações sobre os cursos através da Internet, de uma forma bastante atraente, objetiva e acessível. A falta de informação sobre o curso escolhido é, sem dúvida, uma das causas da evasão — às vezes, o vestibulando pensa que o curso é uma coisa e ele é outra. Mas não é a única. Além das causas evidentes, é possível que haja outras que desconhecemos. Identificar essas possíveis causas é o objetivo do Projeto Fix, que inclui uma pesquisa de campo com os alunos que se formaram na USP e aqueles que não concluíram o curso.

JU — E quanto aos outros projetos?

Ada Grinover — O Projeto Flex visa flexibilizar os currículos. Ele não está em atividade ainda porque estamos na fase de apresentação de propostas de diretrizes curriculares ao Ministério da Educação. O Ministério vai fixar as diretrizes curriculares para todas as universidades brasileiras. Depois disso, cada universidade fará seu próprio currículo. Aí é que, através do Projeto Flex, discutiremos temas como, por exemplo, a maior flexibilidade curricular. Já o Projeto Aspe prevê a assistência pedagógica aos docentes.

JU — Como será feita essa assistência pedagógica?

Ada Grinover — A idéia é dar treinamento pedagógico aos nossos professores, incluindo psicologia de ensino. Queremos organizar seminários e encontros com especialistas, a fim de que sejam introduzidas novas técnicas de ensino nas aulas e estas se tornem mais atuais e até mais interessantes para os alunos.

JU — A proposta de treinar os professores da USP parece ousada, porque, pelo menos no conceito geral, existe a idéia de que, se é da USP, é um ótimo professor.

Ada Grinover — Ele pode ser um ótimo professor quanto ao conteúdo, mas pode não ser ótimo quanto à transmissão de seus conhecimentos, à didática, ao acompanhamento da turma. Há muitas técnicas para tornar interessante qualquer assunto, por mais pesado que seja. Essas técnicas precisam ser usadas.



JU — E o Projeto Tech e o Projeto Alumni?

Ada Grinover — O Projeto Tech diz respeito à introdução nas salas de aula de novas tecnologias de ensino. Ou seja, queremos levar o computador para a classe. Algumas unidades já fazem isso. Queremos expandir essa tecnologia para mais unidades. O Projeto Alumni é um projeto de aproximação dos alunos formados com o mercado de trabalho. A idéia é fazer uma espécie de contato com o mercado, que precisa de profissionais, e comunicar isso aos alunos, para que eles tenham uma possibilidade de colocação profissional.

JU — Quando esses projetos começam a ser implantados?

Ada Grinover — O Naeg inicia suas atividades neste mês de julho. O coordenador será o professor Carlos Bragança, do Instituto de Matemática e Estatística (IME). Serão formados grupos de trabalho, ficando cada um responsável por um dos projetos de que lhe falei. Esses grupos também serão responsáveis pela captação de recursos externos para a implantação do seu projeto.

JU — Com esses projetos, é bem possível que o índice de evasão diminua, não? Qual é esse índice, exatamente?

Ada Grinover — Atualmente, 40% das pessoas que se matriculam num curso se afastam da Universidade antes de completá-lo. Esse número é a média da USP: há cursos que não têm nenhuma evasão, outros chegam a ter 70%.

JU — A longa permanência dos alunos num curso é quase tão grave quanto a evasão. O que causa esse problema e como resolvê-lo?

Ada Grinover — As causas da longa permanência variam de curso para curso. Há casos em que são muitos os pré-requisitos, outros em que o currículo prevê disciplinas muito difíceis já no primeiro ano. Existe também o fato de que grande parte dos nossos melhores professores não gosta de dar aula para as primeiras turmas. Acredito que as mudanças curriculares que o Naeg vai propor serão muito importantes para combater esse problema.



A pró-reitora Ada Grinover, da Universidade de São Paulo

JU — Além dos projetos que o Naeg vai implementar, a Pró-Reitoria também executa outros programas. Quais são eles?

Ada Grinover — Entre eles temos o Programa Pró-Vagas, que visa aumentar o número de vagas, principalmente nos cursos noturnos. Em 1999, o vestibular da USP já vai apresentar um aumento de 1,79% das vagas nos cursos noturnos. Além disso, foi formado um grupo de estudos para analisar a possibilidade de aumentar ainda mais o número de vagas e quais as unidades que precisam ser contempladas com esse aumento.

JU — E os outros programas?

Ada Grinover — Temos ainda o Programa Pró-Currículos — que estuda a reestruturação curricular, com ênfase na multidisciplinaridade e numa sólida formação básica —, o Programa Tutorias, que prevê um acompanhamento mais direto para os alunos com algum tipo de dificuldade, e o Programa Valorização. O Programa Valorização é uma tentativa de prestigiar o docente da graduação. Ocorre que, nos últimos anos, na USP e nas universidades em geral, tivemos uma grande valorização da pesquisa e do ensino de pós-graduação e pouca atenção para a graduação. Queremos valorizar exatamente o professor que se dedica ao ensino de graduação.

JU — Como será feita essa valorização?

Ada Grinover — Primeiro vamos fazer uma avaliação criteriosa do desempenho do professor nas atividades de ensino. No meu ponto de vista, a avaliação é um pré-requisito para a valorização.

Mas temos que deixar claro quais são as atividades didáticas que queremos avaliar. Essas atividades não se restringem à presença do professor na classe, mas dizem respeito também à assistência ao aluno, ao acompanhamento de projetos de pesquisa, à preparação de material didático, por exemplo. Essas atividades nunca eram levadas em consideração quando se tratava de avaliar a atividade docente. Queremos mudar isso. Fizemos um seminário sobre o assunto nos dias 8 e 9 de junho (leia textos nas páginas 4 e 5) e em setembro faremos outro seminário. As conclusões serão enviadas à Comissão Especial de Regime de Trabalho (Cert) — que tem critérios claros para a avaliação da pesquisa, mas não para a avaliação da docência — e servirão também para corrigirmos os nossos questionários de avaliação docente.

JU — Isso me parece muito importante para combater a “ditadura da publicação”: até agora, o professor precisa publicar artigos — mesmo que de baixa qualidade — só para dizer que tem uma produção e ser bem avaliado.

Ada Grinover — Exatamente. O professor admirado pelos alunos, que se dedica, que está sempre à disposição dos estudantes, que dá aulas excelentes, esse acaba sendo prejudicado, porque a sua atuação não é valorizada. Mesmo com um desempenho excelente, ele chega na Cert e a Cert diz: “Não, o senhor não tem tantos artigos publicados”. Também queremos mudar isso.



nova diretoria da Andes, por considerar que os signatários do manifesto intitulado

"Por uma reforma urgente para salvar a universidade pública brasileira" são interlocutores válidos para a materialização do compromisso que assumiu durante sua campanha — "restituir aos professores sua identidade e capacidade de intervenção em busca de um novo tipo de relação entre a universidade

festos destaca áreas que considera merecedoras de ações no âmbito da reforma que propõe. São elas: a progressão na carreira, a autonomia do pesquisador, a estrutura departamental, a escolha dos dirigentes, a competência do corpo técnico-administrativo e a autonomia financeira das universidades. Os problemas nela identificados seriam decorrentes da não observação de critérios de mérito e excelência acadêmica e, em consequência, seu equacionamento seria resultado da aplicação de um critério

O critério da qualidade não é definido no manifesto, nem tampouco explicitado o conceito de revisão

e a sociedade" — decidiu apresentar uma posição, ainda que preliminar, sobre o mesmo.

O manifesto constitui um elemento importante do debate sobre a universidade pública, em particular porque se pronuncia sobre um tema nele colocado em evidência, o da relação entre a transformação da universidade e a avaliação. Expressa, para além do ruído orquestrado na mídia por aqueles que se recusam a discutir responsabilmente o futuro, uma posição objetiva e construtiva.

O manifesto propõe uma reforma da universidade brasileira "baseada em valores acadêmicos, em mérito, em liberdade acadêmica, em ensino capaz de formar lideranças intelectuais, em pesquisa de excelência, em interação da universidade com a sociedade". Três temas — metodologia de ensino e organização da graduação, reestruturação da carreira docente, e autonomia e financiamento — são visualizados como balizadores da reforma proposta.

Mais além de diferenças morfológicas, existe uma compreensível convergência semântica entre as colocações dos colegas signatários do manifesto e as que historicamente tem defendido a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes). Entre elas cabe destacar, adotando os termos usados no manifesto, o reconhecimento da universidade pública como instrumento de progresso social e de promoção da soberania e da identidade nacionais, e da autonomia universitária como condição para o seu desenvolvimento. E, no nível das ações a serem empreendidas, a necessidade de aumentar o investimento governamental, garantir o acesso dos setores menos favorecidos, assegurar a liberdade acadêmica, aprimorar os métodos de ensino e aumentar o relacionamento entre a universidade e a sociedade.

No seu diagnóstico sobre a universidade pública, o mani-

festo destaca áreas que considera merecedoras de ações no âmbito da reforma que propõe. São elas: a progressão na carreira, a autonomia do pesquisador, a estrutura departamental, a escolha dos dirigentes, a competência do corpo técnico-administrativo e a autonomia financeira das universidades. Os problemas nela identificados seriam decorrentes da não observação de critérios de mérito e excelência acadêmica e, em consequência, seu equacionamento seria resultado da aplicação de um critério

de avaliação baseado na qualidade aferida mediante a revisão por pares. Assim, tanto o desempenho docente e os projetos de pesquisa, como as instituições, e até mesmo o estatuto da autonomia (entendido no manifesto como um privilégio), teriam sua avaliação realizada através de uma ferramenta como a proposta — aplicação de um critério de qualidade aferido mediante a revisão por pares.

Daí deriva o argumento, enunciado logo no início do manifesto, de que a "defesa da universidade pública brasileira" deve dar-se "através de uma reforma urgente, com base no predomínio dos valores acadêmicos, da qualidade e da excelência."

As questões que o manifesto coloca demandam uma urgente tomada de posição dos atores envolvidos com a democratização. A Andes acredita que a crítica franca, aberta e permanente é a única garantia de que o debate se dê de maneira democrática e construtiva, e leve à necessária refundação da universidade brasileira. É com esta intenção que se inicia este diálogo.

Ao colocar a adoção da avaliação da qualidade através de pares externos no centro da reforma que propõe, o manifesto entende como o ponto de apoio através do qual poder-se-ia aproximar a atuação da universidade dos ideais de soberania nacional e progresso social que enuncia.

Apesar do papel central que desempenha na consecução da reforma que propõe, o critério de qualidade (mérito, excelência) acadêmica não é definido no manifesto. Tampouco é explicitado o conceito de revisão por pares externos. Provavelmente porque eles são entendidos, como é usual, como algo pertencente ao senso comum da comunidade acadêmica, como categorias com sentido óbvio para qualquer um de seus membros, ou, o que é ainda mais problemático, como categorias universais.

No entanto, o critério de qualidade não é algo definido apenas no âmbito interno à ci-

ência. Ele é uma construção social, historicamente determinada, resultado de um processo onde intervêm múltiplos atores. O que se afirmou como hegemônico, em nível mundial, é o dos países que se encontram na fronteira científica e tecnológica, que produzem conhecimento original. Neles, uma teia de relações sociais — formada por empresas, ministérios como o da defesa, saúde e agricultura, etc. — típica daqueles países, tem sido responsável por um lento e sutil mas poderoso mecanismo de indução do conteúdo da pesquisa. Na ver-

rio, social e historicamente datado, quando precedida pelo requisito da relevância (substantiva). Segundo, que é o adensamento dessa teia de relações sociais o que pode desencadear, nos países periféricos, a emergência de um conceito próprio de qualidade. Terceiro, que a construção da qualidade nestes países é um processo que deve manter uma determinação local.

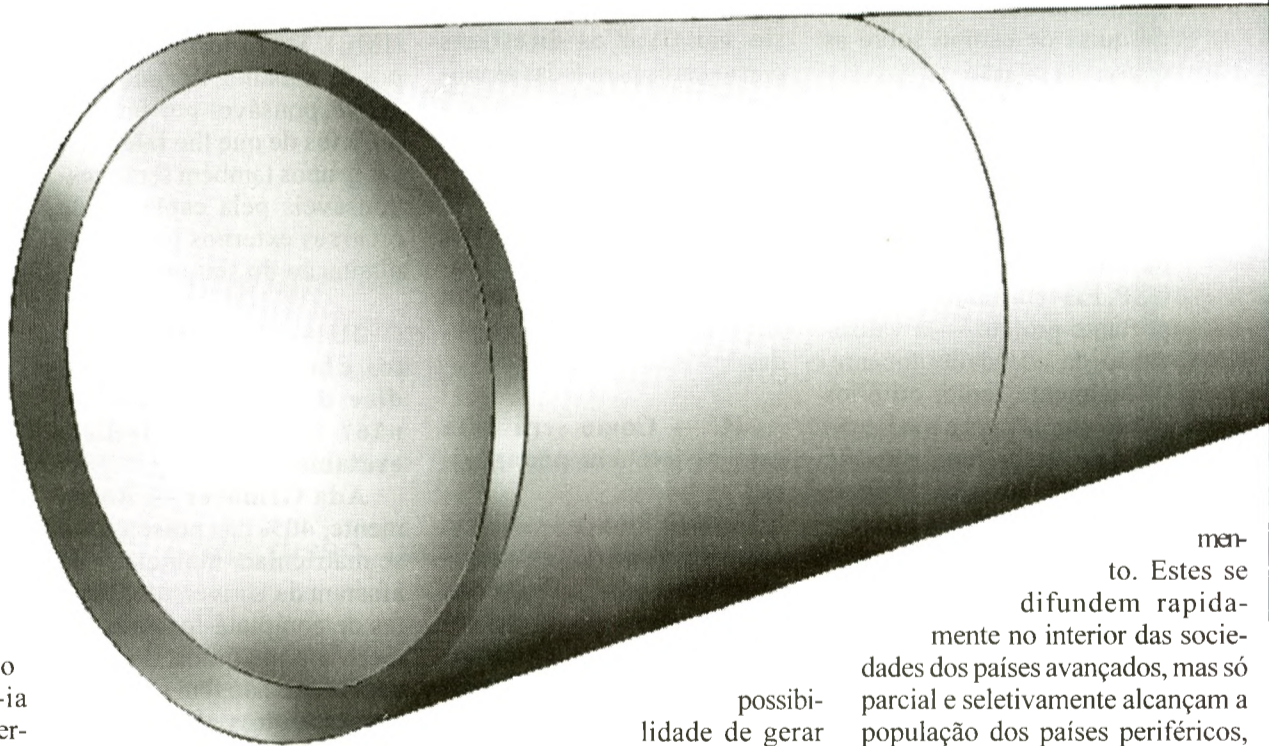
O uso desse critério de qualidade acadêmica, gerado no contexto dos países avançados à universidade brasileira, não garante a solução de seus problemas. Adotar tal critério implica em renunciar à

resultados de pesquisa inadequados à realidade local. Ao adotar um critério de qualidade exógeno se está, na realidade, emulando a dinâmica de exploração da fronteira científica e tecnológica promovida pelas elites políticas e econômicas dos países avançados. São elas que, diretamente, via mercado, ou pelo poder que detêm, via Estado, colocam sucessivos desafios às empresas — centros de um sistema de produção de conhecimento crescentemente privatizado e transnacionalizado. Essa dinâmica, voltada para o atendimento dessas demandas, leva à produção de bens e serviços cada vez mais intensivos em conheci-

A Andes e o 'defesa da universidade'

Nova diretoria da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior firmado no Rio de Janeiro por 25 pesquisadores que constituíram o manifesto. O manifesto foi reproduzido pelo Jornal da Unicamp.

RENATO



possibilidade de gerar critérios próprios mais adequados à situação local. Apesar de parecer prático, dado que aporta soluções simples e imediatas, tal pragmatismo incorre no ris-

Ao adotar o critério de qualidade exógeno se está emulando a dinâmica de exploração dos países avançados

co de gerar inconvenientes ainda maiores.

A aplicação de uma ferramenta como a proposta é inadequada em dois sentidos.

Primeiro, porque tende a formar recursos humanos e a gerar re-

men-
to. Estes se difundem rapidamente no interior das sociedades dos países avançados, mas só parcial e seletivamente alcançam a população dos países periféricos, com uma renda per capita mais de sete vezes menor e, em geral, mal distribuída. Como fica claro, essa dinâmica de exploração da fronteira própria aos países avançados, ainda que pudesse ser internalizada pela universidade brasileira através da aplicação exitosa da ferramenta proposta, não contribuiria para aproximá-la da sociedade local nem promover seu bem-estar.

Segundo, porque a revisão por pares, se entendida com a conotação usada majoritariamente na literatura estrangeira, isto é, aplicada ao desempenho docente e aos projetos de pesquisa em busca de financiamento, pode implicar na simples reprodução dos problemas identificados pelo ma-

Manifesto em "Universidade pública"

(Andes), através de um de seus membros, contesta aspectos do documento em o embrião de um "Grupo de Defesa da Universidade Pública".
da Unicamp em sua edição de julho último.

DAGNINO

nifesto. Mesmo que externa, ou seja, exercida por "pares" que atuam na mesma disciplina mas em outras instituições do país, como aliás é a prática das agências nacionais, ela não garante a realocação de recursos entre áreas disciplinares; e esta vem sendo repetidamente reclamada e, ao que parece, imprescindível para uma reforma como a que o manifesto pretende. Num plano interno às disciplinas, há que assinalar que a inexistência de massa crítica, típica de nossa situação periférica, é um dos obstáculos para romper a prática nociva de favorecimento versus rivalidade que se estabelece no interior de subcomunidades disciplinares.

uma distorção ainda mais grave do que aquela notada na avaliação de projetos de pesquisa em busca de financiamento.

Se antes de ser comparada a outras, nacionais ou estrangeiras, pelo par externo, a instituição não for avaliada em si mesma em função da sua missão autodefinida, de suas metas, dos indicadores que ela mesmo se coloca, corre-se o risco de, inclusive, agravar a concentração espacial de nosso sistema de pesquisa e formação de pessoal. Se não houver uma avaliação interna em que participe o conjunto da comunidade da universidade, e isto im-

Espera-se, dessa forma, ter mostrado que a revisão por pares não é somente insuficiente para combater o corporativismo, que aparece no manifesto como uma das causas principais dos problemas da universidade pública brasileira, mas que ela pode até mesmo levar ao enfraquecimento da universidade pública.

Há que ressaltar, adicionalmente que, ao pautar-se por um critério de qualidade exógeno, a comunidade universitária brasileira corre o risco de se

como padrão de excelência aquele existente nos centros localizados nos países avançados. Adicionalmente, por estar, em geral, distante do setor produtivo, não necessariamente é capaz de avaliar a aplicabilidade dos resultados da pesquisa.

Para converter a revisão por pares num mecanismo adequado à realidade local seria necessário, em primeiro lugar, gerar um critério próprio de qualidade acadêmica e, posteriormente, torná-lo consensual no âmbito da comunidade universitária.

Apesar do manifesto referir-se a outros aspectos que não os relativos à preocupação central deste documento, eles não serão aqui explorados. A importância que hoje assume o tema da avaliação no âmbito do embate entre o movimento docente e o executivo fez com que este tenha sido aqui priorizado.

Finalmente, cabe reafirmar

menosprezar o fato de que o manifesto expressa uma idéia de avaliação muito distinta das contidas em análises sobre a universidade — como a de agências supranacionais e a do executivo — onde ela aparece como um expediente de exclusão de alguns e punição de outros.

Este documento pretende ser uma contribuição para o diálogo com outros atores interessados na defesa da universidade pública brasileira. A Andes seguirá realizando a crítica às posições desses atores e, sub-

Mesmo nos Estados Unidos a revisão por pares não foi ainda capaz de superar o corporativismo

metendo a eles suas contribuições, espera-se que sejam cada vez mais propositivas e concretas. Assim procedendo, acredita estar contribuindo para, de acordo com os princípios democráticos que pautam sua atuação, aumentar a participação da sociedade nas decisões que envolvem o futuro da universidade brasileira.

É compromisso da Andes fazer com que este diálogo reflita o amadurecimento que viveu a universidade pública no decorrer da greve e o apoio que recebeu da sociedade, ao perceber como sua a nossa luta. A Andes assume a responsabilidade que decorre da cons-



plia na incorporação de uma outra concepção de avaliação, bem distinta da avaliação da "qualidade" proposta pelo manifesto, que privilegie outros critérios, pouco se avançará. De fato, a menos que se adotem formas de avaliação que premiem a capacidade da instituição de se tornar social e economicamente relevante ao seu contexto, poucas chances haverá de preservar o princípio, fundado numa combinação entre diversidade e unicidade, que justifica a existência de uma universidade pública de caráter nacional. Ele só poderá ser mantido se forem dadas as condições, e estas incluem um esquema de avaliação

A avaliação não é condição suficiente para enfrentar a diversidade, complexidade e gravidade dos problemas

A esse respeito vale lembrar que, mesmo em países avançados como os EUA, onde a revisão por pares tem sido aplicada sistematicamente há mais de cinco décadas, ela não foi capaz de superar o corporativismo. O fato da comunidade de pesquisa brasileira ser mais de 20 vezes menor do que a norte-americana, muito menos diversificada e espacialmente concentrada, se constituiu num sério obstáculo à aceitação do argumento proposto.

Mas a revisão por pares, se entendida com a conotação mais frequente na literatura nacional, isto é, aplicada ao desempenho de instituições (e é estranho que o manifesto trate de maneira indiferenciada estas duas situações), pode implicar, caso não seja precedida de uma avaliação institucional interna, em sérios prejuízos. O fato de que no caso brasileiro, o "par" legitimamente aceito costuma ser proveniente de instituições do sudeste, onde, por exemplo, estão concentradas mais de 90% das matrículas de doutorado, pode ser um sério complicador. A ferramenta proposta pode levar a

apropriado às universidades públicas das regiões mais atrasadas do país, para que elas encontrem seu caminho próprio de exploração da fronteira do conhecimento para servir a sociedade que as mantém.

isolar ainda mais da sociedade. O ambiente em que se produz a comunidade, potencializado pela globalização e seu conceito de modernidade ancorado na superioridade científico-tecnológica, reforça sua autopercepção como vanguarda intelectual. Num quadro de escassez de recursos, tal situação tende a levar a um crescente corporativismo, visualizado este como um expediente para defender-se das ameaças colocadas pelo meio hostil.

O problema já mencionado, da inadequação do critério de qualidade à realidade local, tende a acentuar-se pelo uso da revisão por pares. O "par" disciplinar, envolvido com o ambiente da pesquisa científica internacional, costuma utilizar

que a crítica aqui realizada à ferramenta proposta — aplicação de um critério de qualidade exógeno aferido mediante a revisão por pares — não implica numa discordância com a idéia construtiva que o manifesto coloca, de que a avaliação é uma condição necessária de efetivação da mudança. É necessário salientar, no entanto, que a avaliação não é condição suficiente para enfrentar a diversidade, complexidade e gravidade dos problemas da universidade pública brasileira.

A crítica tampouco pretende

ciência adquirida, de que a crise da universidade só poderá ser superada na medida em que uma profunda transformação a coloque à altura dos desafios da democratização política e econômica que todos desejamos.

Renato Dagnino é professor do Instituto de Geociências (IG) da Unicamp e membro da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) para o período 1998-2000

**Você não
precisa
esperar mais
para realizar os
seus sonhos.**

Não deixe para amanhã o sonho que você pode realizar hoje.

Através das Linhas de Crédito Banespa (Financiamento de Bens, Crédito Pessoal, Crédito Automático e Crédito Imobiliário), você adquire bens diversos, incluindo imóveis, e paga em prestações mensais. Além disso, para gastos emergenciais, você conta ainda com o Cheque Especial Banespa. Não perca mais tempo: converse hoje mesmo com a gente e conheça as Linhas de Crédito Banespa.

banespa

Em linha com o futuro.
<http://www.banespa.com.br>

IMIGRAÇÃO

Fenômeno afeta identidade nacional

Estudo analisa as medidas adotadas pelo governo da França para conter a imigração no país

Maria do Carmo Pagani

Berço dos ideais de liberdade e fraternidade, a França, que se orgulha de ser pátria-mãe dos direitos humanos, tem endurecido sua política de imigração nas últimas décadas. Desde o início dos anos 80 a legislação que define nacionalidade e controla a entrada de estrangeiros no país tem passado por sucessivas transformações, algumas delas nem sempre bem-sucedidas, mas que demonstram o caráter progressivamente restritivo da política migratória.

Defendidas calorosamente por grupos de extrema-direita, propostas rigorosas em relação à entrada, à permanência e à naturalização de estrangeiros ganham também a adesão da direita francesa, que teme perder o espaço político reconquistado nos últimos anos. O tema gera paixões, provoca grande polêmica e, por vezes, é causa de atrito entre o judiciário e o governo.

O debate sobre a imigração na França, explica a cientista política Rossana Rocha Reis, esconde uma questão fundamental: a definição da identidade nacional, uma vez que as ideologias para a formação deste conceito influenciam com intensidade as

políticas de nacionalidade e de imigração. A idéia é defendida em sua dissertação de mestrado "Migrações internacionais e identidade nacional no contexto da globalização: o caso francês". O trabalho, orientado pela professora Maria Teresa Sales de Melo Suarez, foi apresentado recentemente ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp.

Dificuldade econômica —

A pesquisa se propôs a analisar a legislação francesa sobre imigração, suas recentes modificações e as diferentes maneiras pelas quais os franceses concebem a definição de nacionalidade. Considerou também a contradição entre a perspectiva de fim do estado-nação, inserida no processo de globalização, e a implantação de políticas restritivas ao fluxo de imigrantes na França.

Propostas de controle rigoroso em relação à entrada de estrangeiros no país, conta a pesquisadora, têm como argumentação o momento de dificuldade econômica pelo qual passa a França, onde a taxa de desemprego cresce e a de desenvolvimento se reduz. "Aproveitando-se dessa adversidade, a extrema-direita e até mesmo a população, em boa parte, atribuem ao imi-

grante a responsabilidade pela falta de emprego.

Embora o estrangeiro seja visto como uma espécie de predador do cidadão nascido na França e de contra ele voltar-se a xenofobia da extrema-direita, dados apresentados pelo censo realizado naquele país em 1991 apontam ligeira queda no número de imigrantes, que era de 6,7% da população em 1975 e baixou para 6,4%. Outro temor da população francesa é o de que, abrindo suas fronteiras para o imigrante, o país corra o risco de ter abalada sua cultura, já que o imigrante nem sempre se dispõe a adotar o modelo francês de vida.

Asilo político — A nova realidade econômica na França, que fez o país perder seu papel de destaque na Comunidade Econômica Européia (CEE), aliada ao final do controle nas colônias africanas, contribuiu para a criação de severas leis, como a Debréu. Essa lei, explica a pesquisadora, é extremamente polêmica porque permite a abordagem nas ruas de qualquer pessoa que se suponha ser imigrante. Na tentativa de impedir a imigração no país, o simples fato de estar desempregado é razão mais que suficiente para que o estrangeiro tenha negado pelas



Rossana Reis: globalização versus imigração

autoridades seu visto de permanência no território.

As mudanças no controle da imigração fizeram a França alterar até mesmo sua política de concessão de asilo. Pela convenção de Dublin, se um perseguido político tiver o pedido de asilo negado por nações da CEE,

ele não poderá se exilar na França. Na avaliação da pesquisadora, a rota que segue a França demonstra que a globalização enfraqueceu o estado-nação e levou o país a uma crise de identidade capaz de gerar dificuldade na definição de quem é francês e estrangeiro.

ESTRESSE

Estudo avalia condicionamento físico

Pesquisadores do IB elaboram proposta que ajusta o treinamento a partir de análises bioquímicas do atleta

Isabel Gardenal

O ser humano, quando submetido a esforço físico muito intenso, pode sofrer estresse oxidativo com repercussões que até limitam a realização de algumas atividades. São situações de estresse que acompanham o homem e os animais, principalmente em competições que exigem muito condicionamento físico.

A proposta de uma nova forma de tecnologia desportiva, baseada no ajuste do treinamento, pode condicionar o atleta (homem e animal) sem lesionar os músculos. E isso tem sido objeto de estudo de uma equipe de pesquisadores e alunos de pós-graduação do Instituto de Biologia (IB) da Unicamp, coordenada pela professora Denise Vaz de Macedo.

Essa proposta ajusta o treinamento levando em consideração algumas análises bioquímicas. "Normalmente o bom condicionamento é conseguido através de um trabalho que module corretamente esforço e intensidade", explica Denise. Semanalmente são feitas dosagens bioquímicas de amostras de ratos, cortando-se-lhes a ponta do rabo; de cavalos, através de coleta de sangue intravenoso; e de homens, através de coleta de sangue da ponta dos dedos. As dosagens indicam o estado geral do avaliado, o seu

sistema de defesa antioxidante, o transporte e utilização do oxigênio pelos músculos, o nível de estresse oxidativo e as lesões decorrentes do treinamento. Essas análises acontecem no Laboratório de Bioenergética do IB.

Treinamento — Em função das respostas, o treinador e a equipe envolvida na pesquisa discutem o treinamento para aquela semana, se deve ser mais intenso ou não. Os ajustes do protocolo de treinamento serão feitos com base nos parâmetros bioquímicos mensurados no início e ao longo do treinamento. Essa medida pode evitar *over training*, que representa o afastamento de um atleta do treinamento e de competições importantes já programadas. Com a aplicação dessa técnica, a situação pode ser contornada modulando-se os exercícios — em muitos casos é até indicado descanso. A boa atuação dependerá do desempenho de cada um, mas o resultado será avaliado efetivamente nas competições.

Alguns desses resultados, por exemplo, já vêm sendo colocados à prova desde o começo do treinamento, em 1992, aplicado inicialmente em ratos de laboratório e, em 1996, em atletas e cavalos. "Após seis meses de treinamento com cavalos, participamos de quatro provas e, com o mesmo animal, conseguimos quatro pódios, dois terceiros lugares e



Denise Macedo: modulação correta de esforço e intensidade

dois segundos", conta a bióloga.

O enduro equíestre, embora amador, é a competição que mais cresce no Brasil, sendo dirigido por rigorosas normas da Federação Equíestre Internacional (FEI), que preserva a condição física do animal. Dentre as normas, é regra que a cada 20 km de corrida haja uma parada. A continuidade acontece após a verificação dos batimentos cardíacos do animal,

considerados normais até 64 por minuto em um tempo de 30 minutos após o término da etapa. O rigor é mantido se o cavalo apresentar batimentos abaixo do normal, mesmo com uma primeira classificação nesses 20 km. A determinação é para que o cavalo não prossiga. "Quanto mais condicionado estiver, mais rapidamente retornará à frequência exigida", diz Denise.

Resultado é avaliado em competição

O condicionamento aplicado pelos pesquisadores do Instituto de Biologia vem sendo implementado não somente com os seis cavalos de corrida de enduro equíestre da Unicamp. Hoje esta prática de trabalho também é aplicada a sete atletas que integram uma equipe de atletismo de Campinas.

Denise lembra que esse trabalho apresentou bons resultados na última corrida de São Silvestre. O fundista paranaense Emerson Iser Bem ganhou a prova após completar os 15 quilômetros estipulados com o tempo de 44min40s.

Esse resultado foi atingido graças ao condicionamento físico do atleta e à sistemática em exercício, já que algumas maratonas podem atingir até 42 km. "Isso implica conseguir a diminuição dos melhores tempos no treinamento e superar as suas próprias marcas nas competições", garante a bióloga.

LITERATURA

Livro analisa aspectos lingüísticos do humor

Os Humores da Língua, de Sírio Possenti, enfoca a anedota enquanto "reflexo do verdadeiro"

Antonio Roberto Fava

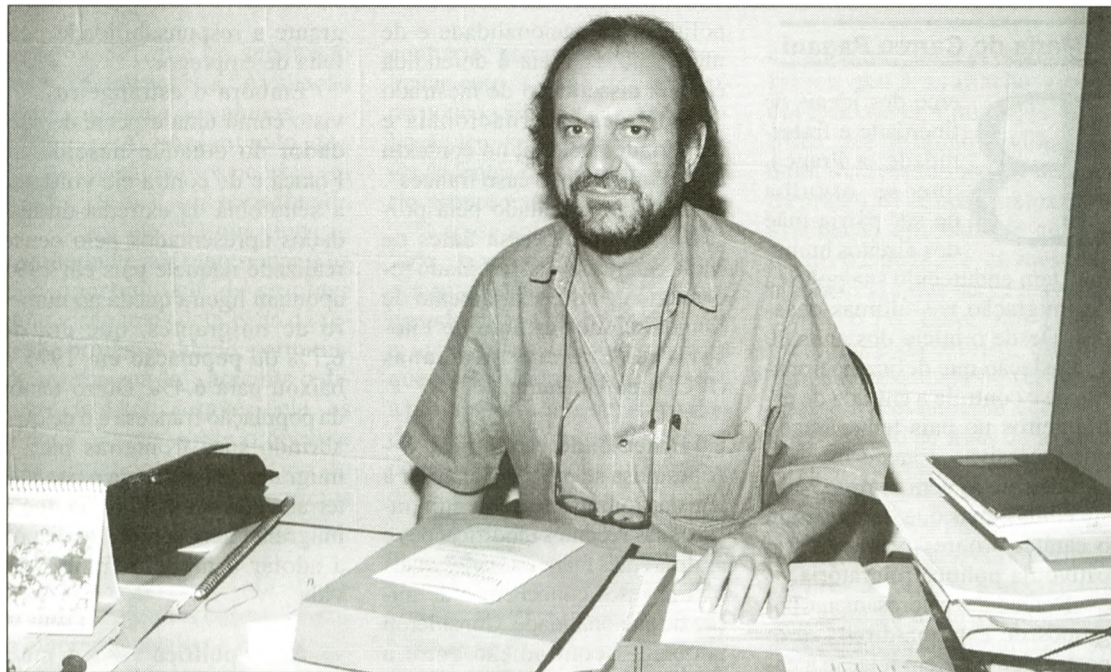
Embora o humor e a ironia sejam elementos presentes na obra de importantes escritores, o gênero, muitas vezes apresentado em forma de piada, por preconceito ou desconhecimento, ainda é um tipo de texto que vem merecendo análise por parte de poucos acadêmicos. Entre eles está o professor Sírio Possenti, do Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), que acaba de lançar o livro *Os Humores da Língua* (Mercado de Letras), no qual analisa aspectos da piada que, de certa forma, põem em discussão concepções mais arraigadas e conservadoras a propósito da própria língua e da linguagem.

Para o pesquisador, a piada constitui um gênero muito interessante porque aborda temas que são, em sua maioria, socialmente polêmicos, através dos quais podem-se observar os mais diversos tipos de manifestação, como cultural, ideológica e de valores preestabelecidos. As piadas tratam quase sempre de temas que focalizam assuntos polêmicos como sexo, poder, racismo, loucura, desgraças, morte, dor e sofrimento.

Possenti diz que uma das razões que o levaram a estudar a piada foi o aspecto lingüístico

que a envolve. "Creio que os especialistas preferem enfatizar a análise das várias formas de humor sob o ponto de vista psicológico, sociológico, psicanalítico e antropológico e mais raramente o lingüístico. Por essa razão preferi a análise de aspectos de ordem lingüística", diz. Possenti ressalta que existem razões muito fortes para que as piadas possam ser consideradas sofisticadas em termos literários. No entanto, se piadas ou anedotas são ou não incluídas na literatura, é uma questão de avaliação histórica. Há um conjunto de fatores que elevam ou não a piada à categoria de literatura. "Uma peça qualquer pode ser considerada boa ou não por vários critérios. Diria que há textos humorísticos com um conjunto de características que poderiam assemelhá-los a versos ou poemas interessantes ou a frases literárias que por alguma razão ganharam prestígio, diz.

Ambigüidade — O pesquisador analisou cerca de 100 textos. Ele explica que o repertório disponível é constituído de piadas antigas que incorporam algum caráter de coisa nova. "Em geral elas têm a ver com alguma circunstância atual, focalizando situações contemporâneas", ressalta. Observa ainda que a maior parte das piadas se sustenta em estereótipos que em geral exemplificam a forma



Possenti: textos focalizam circunstância atual e situações contemporâneas

simplória com que os problemas são tratados correntemente. Talvez outra função do estereótipo seja tornar a piada compreensível para os cidadãos comuns valendo-se de protagonistas como o judeu, o mineiro e o gaúcho.

Para Possenti, as piadas apresentam muitos elementos lingüísticos que podem contrariar normas gramaticais tidas como fixas. "Se fôssemos considerar que a gramática diz a verdade sobre a língua, então as piadas seriam textos que não deveriam existir, porque elas põem em questão aquilo que as gramáticas

normativas consideram que é o único modo interessante de ver a língua", explica. Por exemplo, nas gramáticas normativas a ambigüidade consta como se fosse um vício de linguagem. "Ora, sem a ambigüidade ou algum tipo de ambigüidade muitos tipos de piadas não existiriam, como também muitos poemas e bons textos literários", diz.

Segundo o pesquisador, o interessante não é mostrar o quanto a piada contraria a gramática, mas sim o fato de que ela é reflexo do verdadeiro funcionamento da linguagem. A

maioria das teorias lingüísticas dá conta de um aspecto da linguagem e a piada não está aí para respeitar qualquer teoria, mas para explicitar que a linguagem não é só aquilo que as gramáticas dizem. Assim, as piadas não inventam nada a propósito da linguagem. "Ou seja, não são as piadas que tornam um texto ambíguo, por exemplo. As piadas funcionam porque os textos são tipicamente ambíguos. O que as piadas fazem é pôr a nu aquilo que as línguas são e que as gramáticas tendem a esconder", conclui o professor.

VIDA MODERNA

Diálogo virtual não é prática exclusiva de pessoas solitárias

Meio também é usado por indivíduos com vida social intensa

Maristella Tesseroli Sano

Diferente do que se possa imaginar, nem só pessoas solitárias ou tímidas procuram as salas de conversação da Internet em busca de novos vínculos sociais. Um estudo elaborado na Unicamp mostrou que indivíduos com vida social intensa, mas pertencentes a grupos minoritários, também utilizam os meios virtuais para se comunicar. O estudo mostra ainda que a sociabilidade virtual não sobreviveria se estivesse desvinculada de relações sociais estabelecidas dentro de um espaço físico.

As constatações estão na dissertação de mestrado "Espaço virtual e comunicação: novas faces de uma sociabilidade moderna", elaborada pela historiadora Aletusya de Araújo Benevides, com orientação da professora Maria Stella Martins Bresciani, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH).

Segundo a historiadora, em-

bora os internautas procurem o meio virtual para fugir às amarras do espaço físico delimitado e dar vazão às suas fantasias, eles sentem necessidade da sociabilidade física depois de estabelecido o vínculo com a pessoa do outro lado da linha. "Por essa razão, diferente do que afirmam alguns estudiosos, a Internet não leva a uma quebra das relações sociais mas constitui simplesmente uma nova forma de comunicação, com suas vantagens e desvantagens", defende Aletusya.

Embora pareça contraditório, a historiadora acredita que as tecnologias em tempo real como a televisão interativa e a Internet estão individualizando o ser humano para enquadrá-lo em uma outra forma de sociabilização. "Diferente da televisão, que foi duramente criticada porque massificava os telespectadores, essas tecnologias fazem do usuário um ser único. O ser humano é individualizado no espaço físico para ser engajado em uma sociabilidade virtual", afirma.

Mercado mix — Para en-

tender os motivos que levam pessoas com intensa e agitada vida social a procurar os meios virtuais de comunicação, Aletusya decidiu acompanhar de perto as relações estabelecidas entre expositores e frequentadores do mercado Mundo Mix.

Criado em 1994, com 54 estandes, para ser um espaço alternativo e itinerante, o Mundo Mix apresenta hoje ao consumidor desde roupas e artesanatos até desfiles de cuecas e serviços de tatuagem ou *peercing* — aplicação de objetos de adorno no corpo. Por fugir ao tradicional, o mercado atrai não só *drag-queens*, punks e homossexuais como também empresários de diversos setores interessados em conhecer as tendências do mercado alternativo.

Voltado basicamente para o público homossexual, a BBS (Boletim Board System), versão virtual do Mix, é bastante visi-



Aletusya: tecnologia em tempo real individualiza as pessoas

tada pelos frequentadores do mix real. Esse comportamento levou a pesquisadora a concluir que alguns grupos minoritários vêm a Internet não como forma exclusiva de sociabilidade mas como um espaço importante em que regras e estereótipos criados pela sociedade podem ser ignorados.

Sociabilidade difícil — Para comprovar a tese de que a sociabilidade virtual depende da sociabilidade física, Aletusya procurou um outro grupo em São Paulo. Uma vez por semana, essas pessoas reúnem-se num bar da cidade criado exclusivamente para encontros pessoais de internautas.

Integrante do grupo, uma garota de 17 anos chamou a atenção da pesquisadora. Per-

tencente à família de classe média, a adolescente passava a maior parte do tempo em casa, não frequentava mais a escola e não tinha amigos. "A dificuldade de sociabilidade da garota era tão grande que, apesar de minhas tentativas, não consegui manter nenhum tipo de diálogo. No entanto ela comparecia assiduamente aos encontros semanais com os amigos feitos pela Internet", atesta Aletusya.

O comportamento da adolescente reforçou a idéia de que, embora se apoiem na ausência de geografia física e na possibilidade de fantasiar sobre sua própria identidade, os internautas usam o espaço virtual, ainda que inconscientemente, como primeiro passo para estabelecer uma sociabilidade real.

Roteiro de Oportunidades

Valise Jde cronópio SEBO & BRECHÓ

Livros, Gibis, Móveis
CD's, Roupas, Tapetes

Av. Santa Isabel 246
Barão Geraldo
Fone 289-0028

INFORMÁTICA
CARUSO

TecNisys
VENDAS
MANUTENÇÃO

Loja 1 - R. Luiza de Gusmão 477
V. Nogueira - Campinas
Fone (019) 255-1170
Loja 2 - Av. Dr. Romeu Tórtima 413
Barão Geraldo - Campinas
Telefax: (019) 289-2734

Moda

Feminina - Masculina - Íntima - Calçados

5% de desc. no
cartão Visa e no
Multichecke.

Ou
Cheque Pré
em até 4x

Av. Roxo Moreira 1790 - Cid. Universitária
Ao lado da Reitoria - Fone (019) 289-0999

HOSPEDAGEM TEMPORÁRIA

JUNTO À UNICAMP

Ofecemos alojamento para grupos de
professores/alunos participantes de eventos na Unicamp.
Pacotes de hospedagem a partir de R\$ 25,00 a diária.
Tratar fone (019) 289-8373,
das 8:30 às 11:30 h e das 13:30 às 17:30 h.

NOVO SELF-SERVICE A R\$ 10,00
COM SUCO DE LARANJA INCLUSO

ALMOÇO COM
CARNES, MASSAS,
SALADAS, BACALHAU

Experimente
esta deliciosa
novidade.

Galeria Flamboyant
Barão Geraldo - Campinas

Caffè Cremona
DOCES E SALGADOS

loja Fiscope

Conheça também
a seção (anexa)
TUDO POR 1,99

Papelaria - Utilidades - Presentes - Brinquedos

FLUÊNCIA EM INGLÊS

Vantagens Planet

- Salas Falantes
- Estúdio de Filmagem
- Multimídia
- Plantão SOS
- Biblioteca/Videoteca
- Closed Caption

PLANET IDIOMAS

Aprendizado Garantido
ou seu dinheiro de volta, EM DOBRO

Av. Dr. Romeu Tórtima, 391
Barão Geraldo Fone: 288.0071

Agora com Foto Ferrari, Galleria Shopping é também lugar de boas fotos.

Câmeras KODAK,
CANON, PENTAX,
YASHICA, NIKON,
tripés, flashes e acessórios

FOTOS PARA
DOCUMENTOS
NA HORA

ÓCULOS DE GRAU

ÓCULOS DE SOL:
OS ÚLTIMOS
LANÇAMENTOS DA B&L

FOTO ÓPTICA FERRARI

Venha pro Ferrari. Sua foto merece ir pro Galleria.

Revelação
1 hora

Kodak EXPRESS

José Paulino 925 (foto) F. 231-5877
J. Paulino 895 (óptica) F. 231-5877
Treze de Maio 458 - F. 234-8985

Unimart F. 744-6909
Iguatemi F. 252-0655
Galleria F. 207-1128

Super promoção

Passagem aérea São Paulo / NEW YORK / São Paulo com a United Airlines

US\$ 525* à vista, ou 10 x US\$ 63

Ida e volta sempre de domingo a quinta, até 4/12/98
Permanência mínima de 1 dia e máxima de 30 dias
* acrescentar US\$ 76 de taxas de embarque

ATTUALITÀ TURISMO

E-mail: attualità@lexxa.com.br
Fone (019) 289-1881
Fone/Fax 289-0469
Av. Albino J. B. Oliveira 830
Galeria Flamboyant - lj 13
B. Geraldo - Campinas

PONTA É

GRANDE PROMOÇÃO DE REINAUGURAÇÃO

Agora na loja 1 - Galeria Flamboyant
Av. Albino J. B. Oliveira 830 - Fone (019) 289-9684

BUFFET UNIÃO

19 anos de Tradição

TUDO PARA FORMATURA

Salão para 2.000 pessoas. Colação, coquetéis,
jantares; baile de formatura e outros eventos.
CONVITE, BECAS, FLORES, CANUDOS, SOM, FOTOS, FILMAGENS

Orçamentos: (019) 231-5956 - 231-7815
FACILITA-SE O PAGAMENTO.

Rua Abolição 1.580 - Ponte Preta - Campinas - Próx. ao Hiperm. Extra

TECNOLOGIA DE ALIMENTOS A SERVIÇO DA SOCIEDADE

PIRÂMIDE

O MELHOR EM ALIMENTOS

289.11.19
Av. 2, nº 424
Cidade Universitária

UNICAMP
Professor, Funcionário, Aluno
desc. 5%
pgto. à vista

PADARIA E ROSTICERIA
de 7:30 a 23 h

LANCHONETE
de 16 a 23 h

PALÁCIO DE CHÁ
happy hour / chá / jantar
de quarta a domingo, 16 a 23 h
café da manhã
sábado e domingo, de 9 a 13 h

Olha a promoção aí:
15 tipos de pizza por

R\$ 9,90
cada

Av. Santa Isabel 401
Fone 289-3514

Pizza Fiori

FORNO A LENHA

Elisa com S
Acessórios de Decoração

MÓVEIS PARA
INTERIOR E EXTERIOR
OBJETOS E PRESENTES
PARA DECORAÇÃO
LISTA DE CASAMENTO

Fone/Fax: (019) 289-3113
GALERIA FLAMBOYANT
Loja 07 - 1º piso
Barão Geraldo

O pré-natal dos dentes saudáveis.

A saúde da dentição começa
antes de nascerem os dentes.
Antes mesmo de nascer o Bebê.

CENTRO DE ATENDIMENTO
ODONTOLÓGICO PREVENTIVO
PARA GESTANTES, BEBÊS E CRIANÇAS

Márcia Amar de Paula Eduardo
Especialista em Odontopediatria CROSP 42907

Galeria Flamboyant, loja 16
Fone (019) 289-6648
Barão Geraldo - Campinas

100 dias construindo caminhos de sobrevivência

continuação da primeira página

O passo seguinte foi a própria revisão do orçamento, começando por fazer cumprir decisões do Consu tomadas em dezembro de 1997, como a que determinava o reestudo das reais necessidades de horas extras no âmbito das unidades e da administração central — foi possível, em julho passado, reduzi-las de 80 mil para 50 mil mensais, sem prejuízo das atividades essenciais da instituição — e a busca de alternativas técnicas para a redução do consumo de água e energia elétrica no campus.

Ao longo das discussões no Consu, ficou claro que o esforço de conter fatores de pressão orçamentária não se faria sem uma certa cota de sacrifícios. Incluem-se aí a suspensão do processo de avaliação de funcionários para este ano, a suspensão até o final de 1998 dos recursos destinados à promoção de docentes (com exceção dos processos já aprovados nas unidades), a não-reposição de funcionários exceto em casos de demissão, o contingenciamento de 90% dos recursos de vacância de docentes e o reestudo de componentes da folha de pagamento — são mais de 100 itens quando conhecíamos apenas duas dezenas — que historicamente vinham resultando num crescimento vegetativo das despesas incompatível com as receitas da Universidade. A necessidade de revisão destes fatores de pressão pode ser aquilataada quando se estuda com atenção a distribuição do quadro de pessoal por faixa salarial (ver quadros).

Se, em relação ao orçamento de 1998, as alternativas de equilíbrio praticamente se restringem a soluções internas, no plano externo trabalhamos no sentido de que a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano leve em conta as necessidades reais das universidades públicas paulistas. Antes de sua votação pela Assembléia Legislativa, mantivemos contínuo contato com os senhores deputados, em que ao mesmo tempo mostrávamos a importância social do trabalho desenvolvido e a necessidade de aumentar os recursos destinados às universidades. Foram inúmeras reuniões — mais de metade dos membros da Assembléia Legislativa esteve presente na Unicamp ou recebeu esta Reitoria para discussão do assunto. Como se sabe, apesar das pressões desenvolvidas de

diferentes formas pelas comunidades universitárias, a votação da LDO para 1999 foi feita, utilizando-se de norma regimental, sem qualquer destaque, de modo que se desenha para o próximo ano o quadro atual de participação das universidades na distribuição da arrecadação do ICMS, tributo essencialmente vinculado à atividade econômica em receso face ao modelo de inserção brasileira na economia globalizada.

A política institucional

Em nome da racionalização de recursos mas também de uma melhor organização administrativa, uma das primeiras medidas tomadas foi a redistribuição das funções da administração central de modo a agregar áreas afins sob uma mesma supervisão. O novo organograma permitiu, por exemplo, articular entre si as áreas de ensino, pesquisa e serviços tecnológicos, reunir sob uma mesma orientação os órgãos responsáveis pela administração, finanças e planejamento econômico, bem como dar maior racionalidade e organicidade às diferentes atividades de extensão. Além de significar uma despolarização das responsabilidades, a nova distribuição vem permitindo à Reitoria envolver-se mais intensamente na elaboração de políticas acadêmicas e atuar mais decisivamente junto às instâncias externas de interesse da Universidade.

Foram introduzidos novos procedimentos no relacionamento da administração com os centros e núcleos interdisciplinares, inclusive com a redução da tramitação burocrática de sua dotação orçamentária. Foram extintos vários órgãos da administração, rearticulando o seu quadro de pessoal em função dos objetivos a serem alcançados e reduzindo os inúmeros cargos gratificados existentes.

A agregação de funções alcançou os cinco órgãos antes relacionados com a prestação de serviços tecnológicos — o Escritório de Transferência de Tecnologia, o Centro de Incentivo à Parceria Empresarial, o Centro de Qualidade de Certificação, o Conselho Consultivo Tecnológico e o Centro de Eficiência Comercial — cujas funções foram articuladas em torno de um só serviço, o recém-criado Escritório de Difusão e Serviços Tecnológicos (Ediste), ligado à Pró-Reitoria de

Pesquisa. Na área de atuação cultural, estão sendo rearticulados num único órgão a Apeu — Assessoria de Promoção e Eventos, e o EAC — Escritório de Ação Cultural.

Do mesmo modo, visando à economia de meios, fez-se a articulação dos programas sociais internos em torno de uma área comum de assistência e benefícios, aí incluídas as atividades antes desenvolvidas por órgãos paralelos como o Serviço de Apoio ao Servidor e o Centro de Assistência aos Funcionários, agora extintos e tornados parte da área de recursos humanos.

Ao mesmo tempo, estamos realizando intenso trabalho de revisão de inúmeros convênios com entidades sociais, de modo a alterar as práticas vigentes que, ao invés de apoiarem atividades, praticamente transformam entidades da organização da sociedade civil em departamentos dependentes da Unicamp em pessoal, material de consumo e utilização de espaços físicos.

Ensino e pesquisa

Merece destaque a aprovação pelo Consu de dois novos cursos noturnos, os de Licenciatura Integrada em Química/Física e Licenciatura em Letras-Português, que serão introduzidos no próximo ano letivo e significarão mais 60 vagas noturnas na graduação. Com a introdução dos dois cursos e o início previsto do curso de Arquitetura e Urbanismo também em 1999, a Unicamp atinge o percentual de 35,48% de vagas oferecidas no período noturno, tornando-se a primeira universidade pública paulista a atender à exigência constitucional que determina a oferta de um terço das vagas de graduação nesse período.

Foram retomadas as discussões promovidas pela Pró-Reitoria de Graduação e realizadas nas comissões de ensino das unidades, com a participação de conselhos de profissão e de outras universidades e/ou faculdades isoladas, que resultaram na sistematização de um conjunto de sugestões sobre diretrizes curriculares enviadas ao MEC em meados de julho.

No âmbito da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, promoveu-se a descentralização para as unidades da execução do maior convênio estabelecido com a Capes, o Proap/98, que financia as atividades acadêmicas na área. Ob-

teve-se também a prorrogação junto à Capes do convênio "Taxas Acadêmicas 97", o que significará maiores recursos para a utilização em pesquisa nas unidades. Encontramos também recursos de convênios anteriores da Capes retidos na Pró-Reitoria que, após estudos específicos, conseguimos liberar para uso das unidades, evitando assim o estrangulamento orçamentário das atividades-fim da instituição e a prática da demanda de recursos distribuídos segundo interesses de momento da administração. Paralelamente, alterou-se na Comissão Central de Pós-Graduação o critério que regula a criação de novos cursos, invertendo-se o procedimento até aqui adotado e prevendo-se, a partir de agora, a manifestação prévia da Capes acerca de qualquer novo projeto apresentado.

No âmbito da Pró-Reitoria de Pesquisa e do Centro de Computação, foram iniciadas gestões para a modernização do Sipep (Sistema de Informação de Ensino, Pesquisa e Extensão) a partir da fixação de seus reais objetivos e da implementação de uma nova interface de comunicação com os usuários. No mesmo contexto, acha-se em preparação a versão reformulada do Anuário de Pesquisa de 1997, pela primeira vez em formato de CD-ROM.

Política de recursos humanos

Além de contato permanente com as entidades representativas dos docentes e servidores, procurando criar um canal de comunicação, no âmbito da política de recursos humanos, com a descentralização progressiva de procedimentos para as unidades, foram iniciados estudos para determinar a viabilidade de adoção de concursos internos como prática para a realocação de pessoal. Paralelamente planeja-se um programa de formação, qualificação e treinamento que incluirá a realização de cursos para atender as necessidades atuais dos serviços executados, de modo a permitir maior mobilidade entre os servidores e ao mesmo tempo dar ao serviço público condições de profissionalização.

Iniciamos também a implantação do novo modelo de saúde para a comunidade interna a partir de uma atuação mais programática do Cecom (Centro de Saúde da Comunidade) junto a docentes, alunos e funcionários, reforçando as

ações preventivas, fixando programas a partir da identificação de grupos de risco e organizando a assistência de modo a melhor captar a demanda interna.

Infra-estrutura

Apesar da enorme dificuldade orçamentária, podemos destacar o início da reestruturação interna do Centro de Computação visando a abrir novas frentes de trabalho e atender a um maior número de usuários. Reviu-se a política de treinamento do setor e, nesse contexto, acha-se em fase final de formulação um programa de capacitação de servidores selecionados pelas unidades para suprir suas atuais necessidades de mão-de-obra de informática. Além disso, para agilizar o atendimento à comunidade, criou-se um esquema de "força-tarefa" em que as solicitações dos usuários são avaliadas e prontamente encaminhadas.

A melhoria do trânsito interno e da sinalização das vias, a solução para os problemas de estacionamento e questões relacionadas à telefonia, limpeza, restaurante e vigilância estiveram entre as prioridades da Prefeitura do Campus. Várias ações foram iniciadas nesses sentidos. Uma delas visa a formular, com a colaboração da Faculdade de Engenharia Civil, um projeto de implementação de diretrizes e ações voltadas para um planejamento ambiental do campus. A implantação do projeto deverá ser amplamente discutida com a comunidade através de audiências públicas já a partir deste segundo semestre.

Foram concluídas na nova administração várias obras físicas iniciadas na gestão passada, entre construções de salas de aula (FEC e FCM), reformas (Ginásio) e conclusões de áreas de serviços (Ciped e HC). Por outro lado há uma série de obras em andamento (ampliação do Cipo, novo bloco do Hemocentro, cozinha do HC, salas de aula e bloco modulado da FEC, reforma do Depan da FEA, bloco da Pós-Graduação do IB e prédio de salas aula do Ciclo Básico, os prédios dos laboratórios da Zoologia). Além dessas, outras obras foram iniciadas por absolutamente imprescindíveis a suas unidades, como o bloco de Pós-Graduação do Imecc, a biblioteca do IEL, o prédio da Pós-Graduação do IE e a reforma da cobertura do Restaurante II.

Distribuição dos servidores por faixa salarial

DOCENTES					Maio/98	
Faixa Salarial R\$	Ativos		Inativos		Quant.	Salário Médio R\$
	Quant.	Salário Médio R\$	Quant.	Salário Médio R\$		
0,00 a 2.000,00	317	1231,01	45	1202,24		
2.001,00 a 3.000,00	398	2553,97	40	2472,40		
3.001,00 a 4.000,00	654	3443,30	57	3491,27		
4.001,00 a 5.000,00	411	4473,84	121	4538,39		
5.001,00 a 6.000,00	198	5478,00	90	5463,06		
6.001,00 a 7.000,00	113	6367,61	76	6433,45		
Acima de 7.000,00	111	7873,78	87	7789,87		
Total	2202	3712,79	516	4960,23		

NÃO DOCENTES					Maio/98	
Faixa salarial R\$	Ativos		Inativos		Quant.	Salário Médio R\$
	Quant.	Salário Médio R\$	Quant.	Salário Médio R\$		
0,00 a 500,00	83	482,29	57	415,11		
501,00 a 1.000,00	3.435	743,51	174	745,14		
1.001,00 a 1.500,00	1.886	1.238,88	172	1.253,41		
1.501,00 a 2.000,00	1.211	1.718,68	141	1.737,98		
2.001,00 a 2.500,00	660	2.238,00	84	2.210,17		
2.501,00 a 3.000,00	355	2.719,84	58	2.722,99		
3.001,00 a 3.500,00	201	3.227,96	53	3.210,84		
3.501,00 a 4.000,00	100	3.732,89	21	3.700,04		
4.001,00 a 5.000,00	97	4.394,04	25	4.389,57		
5.001,00 a 6.000,00	22	5.464,21	5	5.387,61		
Acima de 6.000,00	32	8.659,23	6	11.045,90		
Total	8.082	1.398,18	796	1.769,31		